

Líbia, um caso particular: da guerra civil à guerra internacional pelo controle dos poços de petróleo

FILIPE GIUSEPPE DAL BO RIBEIRO*

Resumo

O artigo trata sobre uma questão inserida na atual tensão do mundo árabe no norte da África, o caso da Líbia. As potências ocidentais acusam o líder da Líbia Muamar Kadafi de crimes contra a humanidade e atacam em uma coalizão representada pela OTAN. Meses antes essas mesmas potências realizavam negócios com o líder líbio que doravante é o mal a ser combatido. Essa pode ser mais uma guerra pelo petróleo, mas agora inserida numa região que vive um colapso político de origem muito diversa do que ocorre na Líbia. Na verdade o que vem ocorrendo na Líbia é uma guerra civil e não uma rebelião popular e o principal objetivo desta guerra é o petróleo. À medida que as forças de Trípoli foram adquirindo armas das potências ocidentais essa guerra ficou desigual e afetou os interesses das multinacionais do petróleo instaladas na região.

Palavras-chave: geopolítica; Líbia; mundo árabe; relações internacionais; petróleo; OTAN.

Abstract: The article deals with a matter in current tension in the Arabe world in north Africa, the case of Libya. Western powers accuse the Libyan leader Muammar Kadaffi of crimes against humanity an attack on coalization represented by NATO. Months before those same powers are doing business with the Libyan leader that it is now the evil to be fought. This may be another war for oil, but now placed in a region experiencing a political collapse of origin very different from what occurs in Libya. In fact what is happening in Libya is not a civil war and a popular rebellion and the main objective of this war is oil. As the forces of Tripoli were acquiring weapons of the Western powers that war was uneven and affected the interests of oil multinationals established in the region.

Key words: geopolitics; Libya; Arabian World; international relation; NATO.



* **FILIPE GIUSEPPE DAL BO RIBEIRO** é Doutorando e Mestre em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Bacharel e Licenciado em Geografia pela FFLCH-USP. Professor da pós-graduação de Política e Relações Internacionais da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).



Introdução

A política mundial atravessa mais uma de suas crises - colapso de alguns elementos do sistema da Guerra Fria – um momento em que os regimes dos países muçulmanos (de Marrocos ao Golfo Pérsico) começam a ser contestados e que o poder de governantes instalados a mais de cinco décadas se vê em ruínas diante da força popular. Vemos com esperança o futuro de uma região que ficou tanto tempo no jugo de governantes autocráticos e agora lutam por mais liberdades individuais, mas não podemos deixar que a ideia dos direitos universais do homem nos cegue diante das ações que estão sendo tomadas. Entretanto, não é possível generalizar todos os casos de conflitos que estão acontecendo como sendo todos resultantes da mesma orientação política e social. Assim, a

Líbia, embora faça parte do contexto histórico de conflitos em quase todo o mundo muçulmano, é um caso particular.

Existem elementos semelhantes em quase todos os países que estão em conflito, mas no caso da Líbia, muitos destes elementos não estão presentes. No caso de países como a Tunísia, Egito, Yemen e Bahrein, o elemento da identidade nacional é a própria essência do movimento. No caso do Egito, por exemplo, existe a constituição de um exército nacional que a partir de um determinado momento em que as massas populares se avolumavam nas ruas do Cairo foi aderindo à causa da população e atuou como mediador no processo de transição política. Existe outra questão que pode ser levantada como questionamento: esses movimentos representam uma

revolução do mundo mulçumano ou são ainda rebeliões populares?

A revolução é a tentativa, acompanhada do uso de violência, de derrubar as autoridades existentes e de substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações política, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica¹. Enquanto rebelião é isenta de motivações ideológicas, não propugna a subversão da ordem constituída, mas o retorno aos princípios originários que regulavam as relações entre as autoridades políticas e os cidadãos, e visa à satisfação imediata das reivindicações políticas e econômicas².

Portanto, se esses movimentos não são motivados por questões ideológicas claras e não pretendem realizar modificações profundas nessas sociedades, basta perceber que no caso do Egito, por exemplo, a reivindicação destes é a retirada de artigos específicos de suas constituições que permitem aos governantes permanecerem no poder. Ao mesmo tempo, a população reivindica uma postura do governo que dê conta da crise econômica, pois há uma aceleração do desemprego nesses países. Portanto concluo que os movimentos que temos observado no Egito, Bahrein, Yemen, Tunísia, Síria, Marrocos e Argélia se caracterizam mais por serem rebeliões populares, pois as motivações ideológicas não são tão claras e as exigências não subvertem totalmente a ordem política, social e econômica. Isto não quer dizer que estas rebeliões não poderão no futuro se estender em uma crise política de dimensões profundas alterando a lógica de poder não só do ponto de vista regional como mundial.

Já no caso na Líbia temos uma situação bem peculiar. O principal elemento que é a identidade nacional, não está presente neste caso. A Líbia é constituída de aproximadamente 140 tribos que não entendem direito a fragmentação territorial artificial, resultado da política colonialista europeia; são nômades e transitam numa típica transumância pelos territórios vizinhos do Egito, Tunísia e Chade. Temos pelo menos três regiões distintas que se desenvolveram de forma independente até pelo menos a influência otomana no século XVI: Tripolitânia, no litoral oeste (reduto de Kadafi), Cirenaica, litoral oeste região mais rica em petróleo (resistência anti-Kadafi); e Fezzan, no sudoeste desértico do país que só foi reunida às outras duas pelos otomanos no século XIX³. A estrutura militar da Líbia não tem raízes nacionais como a dos outros países em rebelião popular, suas forças são organizadas da forma regimental miliciana, cada tribo tem uma parcela de poder e cuida de sua região; sua organização ocorre sem a existência de um generalato e ausência de Estado-Maior, é por isso que a maior patente é a de coronel, típica dos sistemas regimentais.

Em 1993, Kadafi tentou substituir as estruturas tribais por “conselhos populares”, concedendo aos chefes poderes para distribuírem financiamentos para a casa própria, vagas nas escolas, e empregos, mas, quando o poder militar foi subtraído da mão da chefia das tribos tentando unificar as forças sob um único comando, as tribos reagiram. Então a luta interna passou a ser pelo controle dos poços de petróleo que se concentram em Cirenaica, onde está

¹ BOBBIO ET AL. Dicionário de política.

² BOBBIO ET AL. Dicionário de política.

³ <http://renatopompeu.blogspot.com/2011/03/as-tribos-da-libia.html> (acessado em 13/04/2011)

concentrada a maior resistência ao Coronel Kadafi; é por isso que podemos afirmar que o que está ocorrendo neste momento na Líbia não é uma rebelião popular para efeitos políticos e sociais específicos, e sim, uma guerra interna entre grupos independentes que lutam para dominar os poços de petróleo e, assim, dominar o poder e enriquecer sua tribo, então o conflito na Líbia no primeiro momento se caracteriza por ser uma guerra civil pelo petróleo que a partir da intervenção da coalizão da OTAN se transforma em uma guerra internacional pelo controle dos poços de petróleo.

Segundo Pompeu (2011) as tribos se distribuem politicamente da seguinte maneira:

Kadafi – A tribo de Kadafi, pequena em número de pessoas, veio nas últimas décadas do deserto para a região do porto de Sirta, no extremo leste da Tripolitânia, perto da Cirenaica; a cidade fica a meio caminho entre Trípoli, a capital da Tripolitânia e do país e reduto de Kadafi, e Benghazi, a capital da Cirenaica, reduto rebelde. Os Kadafi formam o núcleo das chamadas Unidades de Proteção do Regime e também fornecem a maioria dos pilotos da Força Aérea. São prósperos e acusados por membros de outras tribos de enriquecimento ilícito.

Werfalla – A maior tribo da Líbia, com perto de um milhão de integrantes. Sua cidade principal é Misrata, na Cirenaica, a terceira cidade da Líbia, mas sua área chega às vizinhanças de Sirta. Membros seus tentaram um golpe contra Kadafi em 1993 (na mesma época em que Kadafi redistribuiu o poder dos conselhos populares para as tribos); os chefes foram presos e executados. Os Werfalla formam o maior grupo rebelde.

Margaha – A segunda maior tribo do país, agrupada na Tripolitânia, sua liderança apoiava Kadafi, mas ele a afastou do poder no fim dos anos 1980. Com isso, os Margaha apoiaram a tentativa de golpe dos Werfalla em 1993 e agora foram das poucas tribos da Tripolitânia que aderiram à revolta.

Barasa – Embora seja da Cirenaica, essa tribo não tomou partido na crise atual, talvez pelo fato de a segunda mulher de Kaddafi ser integrante dos Barasa. Eles ficam mais no interior desértico, dominando campos de petróleo, do que na costa. Alguns filhos de Kadafi são ligados a essa tribo.

Zuwwaya – Da Cirenaica, controlam regiões petrolíferas e se opuseram a Kadafi.

Misrata – Segunda maior tribo da Cirenaica, depois dos Werfalla, seus membros se estabeleceram em Benghazi, segunda maior cidade da Líbia e principal centro urbano anti-Kadafi.

Taruna – Da Tripolitânia, forma boa parte da população de Trípoli, reduto de Kaddafi.

Zentan – Localizada no extremo oeste da Tripolitânia, na fronteira da Líbia com a Tunísia, sua grande maioria continuou seguindo Kadafi.

Tuaregues – Ao contrário das anteriores, essas tribos não são árabes e sim berberes, os habitantes originais da Líbia. Estão distribuídos por vários países da região e não reconhecem, por serem nômades, as fronteiras nacionais. Embora tenham participado de revoltas em outros países, na Líbia, onde se concentram no Fezzan, tendiam a apoiar Kadafi, suspeito de armá-los para criar problemas além-fronteiras.

As relações entre a Líbia e as potências ocidentais.

As potências ocidentais começaram a influenciar a Líbia partir de 1911, quando a Itália derrotou o Império Otomano e ocupou as três regiões. Na década de 1930, o nome Líbia foi adotado novamente, nome dado a região pelos egípcios antigos. Durante a Segunda Guerra Mundial, tropas italianas e alemãs foram derrotadas por tropas britânicas e francesas. Depois do término da guerra, esteve sob mandato anglo-francês até 1951, quando se tornou independente, a Líbia tornou-se a segunda colônia africana, depois da África do Sul, a obter a independência, com o estabelecimento de uma monarquia constitucional e aclamação de Mohamed Idris al-Senousi, líder da ordem religiosa Senousi, como Rei Idris I. O novo país foi sustentado por subsídios ocidentais, em troca da permanência ali de tropas britânicas, que só saíram em 1966. A partir de 1958, quando foi descoberto o petróleo, é que a Líbia passou a prescindir cada vez mais da ajuda estrangeira⁴. A Líbia, então entre os mais pobres do mundo, passou a depender da ajuda financeira internacional, sobretudo dos EUA e Inglaterra, que obtiveram o direito de instalar bases militares em território líbio. Em 1959, todas as principais empresas petrolíferas já atuavam no país. Em 1968, a Líbia era o segundo maior produtor de petróleo no mundo árabe, atrás apenas da Arábia Saudita.

Influenciado pelo nasserismo, movimento populista baseado no nacionalismo árabe, idealizado pelo então presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, em setembro de 1969, e aproveitando-se da ausência do Rei Idris, em viagem no exterior, um grupo

⁴ <http://renatopompeu.blogspot.com/2011/03/as-tribos-da-libia.html> (acessado em 13/04/2011)

de oficiais do Exército, liderado pelo Coronel Muammar Kadafi, deu um golpe de Estado e assumiu o poder. Depois do golpe, através do qual tomou o poder, destituindo o rei, Kadafi subverte a ordem e estabelece uma aliança entre as tribos. Suas principais ideias eram: criar uma forma especial e árabe de socialismo; desenvolver o panarabismo que mais tarde é substituído pelo panafricanismo.⁵

A relação entre a Líbia e os Estados Unidos é conturbada, a partir da ascensão de Kadafi. Desde 1986 com base no “risco à segurança nacional norte-americana”, os EUA aplicaram embargo unilateral contra a Líbia, fundamentado na *Executive Order/12543*, uma medida provisória, assinada pelo Presidente Ronald Reagan e renovada anualmente. Além disso, o Congresso norte-americano aprovou, em 1996, a chamada *D’Amato Law*, que pune empresas, nacionais ou não, que apliquem mais de quarenta milhões de dólares por ano no setor petrolífero na Líbia. Em março de 1992, em razão do alegado patrocínio líbio aos atentados terroristas que resultaram na queda de aeronaves da Pan Am (Lockerbie, Escócia, em dezembro de 1988) e da empresa francesa UTA (Níger, em setembro de 1989).⁶ A Líbia sofre inúmeros embargos das potências europeias e da ONU.

O Conselho de Segurança da ONU adotou a resolução 748, determinando as seguintes sanções contra a Líbia:

- proibição de vôos aéreos entre os territórios dos países membros da ONU e a Líbia;

⁵ http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/libia2.htm (acessado em 13/04/2011).

⁶ http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/libia2.htm (acessado em 13/04/2011).

- proibição de venda de aeronaves, inclusive serviços de manutenção e peças de reposição;
- proibição de fornecimento de material militar, inclusive peças e material correlato;
- redução do nível e número de pessoal das missões diplomáticas líbias.

Pela resolução 883, adotada pelo Conselho de Segurança em novembro de 1993, o Regime de sanções foi reforçado ainda mais, passando a incluir:

- congelamento de recursos financeiros do Governo líbio e empresas a ele ligadas, com exceção de operações decorrentes da venda de petróleo e produtos agrícolas;
- fechamento das agências da “Lybian Airlines” no exterior;
- proibição de fornecimento à Líbia de certos componentes usados na indústria petrolífera.

Mesmo durante o regime de sanções, as principais empresas petrolíferas do mundo continuaram a operar no país, com destaque para a AGIP (Itália), TOTAL (França), LASMO (Grã-Bretanha) e OMV (Áustria). A permanência dessas empresas explica-se pela excelente relação qualidade/preço do petróleo líbio, bem como pela concessão de contratos de exploração vantajosos por parte do Governo. Com o término do embargo, em 12 de setembro de 2003, o Conselho adotou a Resolução 1506, que declara extintas as sanções impostas à Líbia pelas Resoluções 748/1992 e 883/1993, os

investimentos estrangeiros aumentaram progressivamente em diferentes setores. Os interesses comerciais das potências europeias na Líbia eram uma necessidade financeira, é o caso do acordo que a estatal de petróleo italiana ENI assinou, em julho de 1999, com o Governo líbio para a construção de gasoduto entre a Líbia e a Sicília (projeto orçado em US\$ 5,5 bilhões) ou pelos entendimentos da *British Aerospace* para a venda de aeronaves, no valor de cerca de US\$ 10 bilhões.

Segundo estimativas, o comércio externo da Líbia registrou, em 2004, um total de US\$ 24,5 bilhões, com exportações de US\$ 15,1 bilhões e importações de US\$ 9,4 bilhões. O principal parceiro comercial do país é a União Européia, que tem fornecido em torno de 60% das importações e absorvido até 80% das exportações da Líbia. Dentro da UE, a Itália, Alemanha e Reino Unido destacavam-se como os principais parceiros de Trípoli. A pauta de exportações do país africano consiste quase exclusivamente de petróleo e seus derivados, além de gás natural, ao passo que suas compras abrangem ampla gama de manufaturados, bem como alimentos⁷.

A partir de 2007, querendo expandir sua influência, a França começa uma série de aproximações com a Líbia, visto que o alto preço do petróleo foi o grande responsável para que os países europeus obtivessem um baixo crescimento econômico na última década. O ditador líbio Muammar Kadafi garantiu com petróleo a compra de armamento e a França juntamente com a EADS realizaram um meganegócio de 400 milhões de dólares na venda de mísseis antitanque Milan e equipamentos de rádio e comunicação, além de Sarkozy

⁷ http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/libia2.htm (acessado em 13/04/2011).

planejar um acordo de venda de tecnologia nuclear para fins pacíficos⁸, com o aval dos Estados Unidos.⁹

Quando pressionado pela comunidade europeia sobre os acordos com a Líbia, o porta-voz de Sarkozy, David Martinon, declarou que, realmente, na visita do presidente em Trípoli foi assinado um acordo de "Estado para Estado – não há nada a esconder". Afinal de contas, a venda de armas não seria proibida. "Britânicos, americanos, russos, italianos, o mundo todo também tenta". A intenção de Sarkozy era de emergir no cenário europeu como líder de uma união mediterrânea e fazer frente à Alemanha na União Europeia, o que criou enormes tensões entre França e Alemanha. A Líbia tinha interesse em uma união comercial deste tipo com a França. Por um lado, a riqueza petrolífera líbia oferece um atrativo indiscutível aos europeus, a começar pela França. Em 2008, apesar da divergência com Merkel, as tensões entre França e Alemanha aumentaram, quando Sarkozy fechou outro negócio militar com a Líbia, a venda de 12 helicópteros Tiger-Franco (empresa franco-alemã), que segundo um acordo que foi forjado pelos então ministros da Defesa alemão e francês, Helmut Schmidt e Michel Debré, em 1972, os sócios não podem impedir outro de venda de armas desenvolvidas em conjunto para um terceiro país.

Na última década os maiores vendedores de armas à Líbia

Itália é um dos maiores exportadores: vendeu para Líbia explosivos, equipamentos de arma de segmentação e outros equipamentos militares no

⁸ <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6928880.stm> acessado em 13/04/2011).

⁹ <http://www.heraldsun.com.au/news/world/approval-for-libya-nuke-deal> (acessado 13/04/2011)

valor de dezenas de milhões de euros. Nos últimos dois anos a fabricante sistemas de mísseis MBDA italiana assinou um contrato no valor de 2.500.000 € (\$ A3.42 milhões) em maio de 2009 para fornecer à Líbia "material para bombas, torpedos, foguetes e mísseis. A fabricante de helicópteros Augusta Westland assinou dois contratos com a Líbia em outubro de 2010 no valor de 70.000.000 € (\$ A95.88 milhões). Também no ano 2009, Selex Sistemi Integrati assinou um contrato de € 13.000.000 (\$ A17.81 milhões) para fornecer a Líbia armas de segmentação e de equipamentos¹⁰.

O Governo britânico tinha aprovado a exportação de mercadorias, incluindo bombas de gás lacrimogêneo e munições de controle de multidões e rifles de precisão para o Bahrein e Líbia, bem como uma vasta gama de outros equipamentos militares para os regimes autoritários na região. Em novembro de 2010, mais da metade dos expositores da Defesa e Segurança da Líbia Exposições (LibDex) foram empresas do Reino Unido¹¹.

Os belgas realizaram negócios de armas de pequeno calibre e munições para a Líbia em 2009, artigos como fuzis, metralhadoras e granadas¹².

Os alemães em troca de acordos pelo petróleo na Líbia assinados pelo então Primeiro Ministro Gerhard Schröder disponibilizaram agentes policiais para treinar a guarda de segurança pessoal de Kadafí numa operação secreta. Os

¹⁰

<http://www.skynews.com.au/topstories/article.aspx> (acessado em 13/04/2011).

¹¹ <http://www.caat.org.uk/press/archive.php> (acessado em 13/04/2011).

¹² <http://www.lesoir.be/actualite/monde/2011-02-24/des-balles-de-la-fin-sur-un-lieu-de-tueries-libyen-824125.php&usg> (acessado em 13/04/2011).

oficiais alemães receberiam € 15.000 cada, pagos por uma empresa de segurança privada, que por sua vez, receberam um cheque de € 1.6m Líbia. Eles iriam usar o tempo fora de sua unidade de elite antiterrorista para treinar milícias na Líbia. Seus superiores acharam que estavam de férias na Tunísia, embora a embaixada da Alemanha na Líbia soubesse o seu verdadeiro propósito. Os policiais se estabeleceram em um quartel em Trípoli, onde por 6 meses, eles ensinaram os agentes da Líbia como agirem em edifícios, a bordo dos navios e operar a partir de helicópteros¹³.

As potências ocidentais e sua renovada antiga política

A partir do ataque terrorista às torres gêmeas os americanos ampliaram ainda mais o conceito de segurança internacional como parte de sua doutrina nas ações militares e como não se define um inimigo específico tudo que afeta a segurança individual ou humana é justificativa para ação militar, então os Estados podem se tornar uma ameaça à segurança do indivíduo, e desta forma, estão justificadas as ações preventivas. No decorrer da última década as ações que envolveram as intervenções no Iraque e Afeganistão estão incluídas nesta lógica com a ação da OTAN, que começa atuar fora da sua região primordial (Atlântico Norte)¹⁴. O seu propósito foi o de derrubar governos autoritários que supostamente detinham armas de destruição em massa e com elas podiam ameaçar muito além de suas populações.

¹³

<http://www.taz.de/1/politik/deutschland/artikel/1/schroeder-dementiert-deal-mit-gaddafi>

(acessado em 13/04/2011).

¹⁴

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8685939.stm>
(acessado em 13/04/2011).

Depois de mais de oito anos de guerra e com Saddam Hussein derrubado e nenhuma arma de destruição em massa, os exércitos dos Estados Unidos protegem os poços de petróleo e não a população do Iraque. A OTAN oficializou – o que parecia ser uma ação isolada dos Estados Unidos – um relatório de suas novas estratégias, definidas de dez em dez anos; o relatório sublinha o empenho da Aliança no Afeganistão, e disse que vai precisar ser capaz de proteger as ameaças ao redor do mundo e a organização deve enfrentar agora uma série de novas ameaças de atores não estatais.

Podemos concluir que as ações das grandes potências não fogem a regra do que HOBBSAWN (1997) definiu como "o quarto estágio da barbarização da civilização, o colapso geral das civilizações pós-1980" (1997:271), no qual as democracias liberais em nome dos direitos humanos realizam intervenções militares com a intenção de favorecimentos diante do abastecimento de petróleo. Primeiro se aproximam com acordos e favorecimentos militares depois realizam intervenções em nome dos direitos humanos estabelecendo uma "guerra religiosa" do bem contra o mal.

Não está sendo diferente na Líbia. Ao armar as forças de Kadafi, os europeus quebraram um tênue equilíbrio interno entre as forças políticas da Líbia, o que resultou em ataques aos poços de petróleo por parte das milícias de Kadafi contra seus oponentes. A oposição reagiu, mas seu poder de reação, sem apoio da OTAN, não era capaz de enfrentar o grande poder que o líder líbio acumulou na última década. É bom lembrar, também, que Saddam Hussein foi armado para fazer frente aos iranianos nos anos 1980 e depois usou a

sua força para estabelecer um domínio interno maior do que já tinha. Como aliados comerciais se tornam o mal a ser combatido? O que está em jogo é a velha Realpolitik e não qualquer outra coisa. Quando se tem o interesse se realiza as intervenções; quando não, o que resta são as lamentações das populações oprimidas.

Conclusão

A imolação de um jovem bacharel tunisiano, em 17 de dezembro de 2010 deu início a uma seqüência de levantes e rebeliões populares no mundo muçumano. Nesse contexto, a OTAN liderada por França e Itália, os dois países com os maiores interesses econômicos na Líbia, realizaram uma coalizão para intervir no país africano, com a justificativa de defender os direitos humanos dos líbios e derrubar o ditador, antigo parceiro em acordos comerciais. Mas as conseqüências disso não serão tão resignadas quanto foram com relação às ações americanas no Iraque e no Afeganistão, pois a Alemanha, a Rússia, a China, a Índia e o Brasil tem se mostrado insatisfeitos e não têm apoiado essas intervenções. A esfera de influencia alemã e as tensões com a França ainda não bem resolvidas, associadas às crises econômicas do último ano no bloco europeu, colocam a União Europeia em situação muito vulnerável.

Por outro lado, para derrubar as forças de Kadafi foi necessário o uso de tropas terrestres (mesmo que tenha sido necessário usar forças locais que disputam o poder com as forças do Kadafi e o apoio logístico dos EUA), pois os bombardeios, mesmo com toda a precisão que existe hoje, atingem mais a população civil do que as milícias, algumas centenas de civis já foram mortos, pelo que se conta no lado oficial. É bom lembrar que no Iraque

segundo a britânica Opinion Research Business (ORB) mais de 1 milhão de Iraquianos já foram mortos desde 2003. Essa guerra que começou como uma guerra interna pelo poder na Líbia em 1993 e que foi apoiada pelas potências europeias que venderam armas para as forças de Kadafi nos anos 2000 se transformou numa guerra internacional de coalizão nos moldes das ações americanas no Iraque.

Resta saber se a França e a Itália estão preparadas para uma ação invasiva e de reconstrução da estabilidade política? Internamente as forças que ascendem ao poder levaram a estabilidade necessária a construção de uma identidade nacional ou a mais massacres aos civis? A União Europeia vai apoiar integralmente essas ações ou as tensões tendem a aumentar no bloco europeu? Essas ações de controle do petróleo tendem a se expandir para o mundo ou ficaram restritas ao mundo muçumano? Diante deste quadro de questionamentos a tendência é apostar nos velhos moldes de política das potências ocidentais: submeter o mais fraco e explorar o seu espaço geográfico – este é um embate antigo do poder mundial, espaço é poder. A relação das democracias liberais é a mesma de antigamente, e não o que se fala nas Nações Unidas, submeter à força os povos mais fracos e obter matéria-prima para sustentar seu crescimento econômico. A política internacional ainda está resumida pelo antigo provérbio africano dito por Theodore Roosevelt para traduzir a política externa americana nas Américas: *"fale com suavidade e tenha à mão um grande porrete"*.

Uma última pergunta é muito importante para o Brasil, pois a maior parte de nossas reservas está em alto mar e nossas defesas marinhas são muito vulneráveis: ao reativar a 4ª frota

(do Atlântico Sul) temos movimentações militares da superpotência estadunidense em nossas vizinhanças. Estamos preparados para proteger o nosso petróleo? Qual a melhor política de defesa para o Brasil? Pois é certo que uma ação de qualquer potência em nossas águas resultará num derramamento de sangue muito menor do que qualquer ação no mundo muçulmano. Portanto, é bom que se tenha atenção nisso e que o Estado dê uma atenção ainda maior do que dá para a construção de uma marinha de defesa forte e moderna.

Referências

- BOBBIO, N.: *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- HOBBSAWM, E. Barbárie: *Manual do usuário*. In: *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1997;
- KEEGAN, John. *A Guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005. Pp. 47-112.
- SCHUBERT, F.N., e KRAUS, T.L. *Tempestade do Deserto*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. Cap. 8, PP. 253-294.

Sites consultados

- <http://www.spiegel.de/international/europe> (acessado em 13/04/2011).
- <http://www.skynews.com.au/topstories/article.aspx> (acessado em 13/04/2011).
- <http://www.caat.org.uk/press/archive.php> (acessado em 13/04/2011).
- <http://www.lesoir.be/actualite/monde/2011-02-24/des-balles-de-la-fn-sur-un-lieu-de-tueries-libyen-824125.php&usg> (acessado em 13/04/2011).
- http://economia.estadao.com.br/noticias/not_39360.htm (acessado em 13/04/2011).
- <http://www.taz.de/1/politik/deutschland/artikel/1/schroeder-dementiert-deal-mit-gaddafi> (acessado em 13/04/2011).
- <http://news.bbc.co.uk/2/hi/8685939.stm> (acessado em 13/04/2011).
- http://www2.mre.gov.br/deaf/daf_3/libia2.htm (acessado em 13/04/2011).
- <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/6928880.stm> acessado em 13/04/2011).
- <http://www.heraldsun.com.au/news/world/approval-for-libya-nuke-deal> (acessado 13/04/2011).
- <http://renatopompeu.blogspot.com/2011/03/as-tribos-da-libia.html> (acessado em 13/04/2011).